

31) Um Tenente compareceu ao funeral de seu colega de trabalho, um Capitão da ativa que faleceu no dia anterior. A cerimônia ocorreu no cemitério da cidade em espaço aberto. Na semana seguinte, foi realizada uma missa de sétimo dia na capela da Base Aérea onde os militares trabalhavam. Nos dois eventos, o militar compareceu fardado com o 7ºA, com quepe. Durante o funeral e missa, o Tenente realizou os seguintes procedimentos:

- I. permaneceu de cobertura durante o funeral, pois este foi realizado em ambiente aberto;
- II. retirou o quepe durante a missa, pois se encontrava dentro da Capela da Base Aérea;
- III. ao passar pelos superiores hierárquicos durante o funeral e missa, realizou a continência individual regulamentar.

O(s) procedimento(s) correto(s) realizado(s) pelo tenente é(são):

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.

32) Certa Base Aérea, por determinação de seu Comandante, realizou um exercício operacional, com a finalidade de treinar o seu efetivo. Para tanto, após o café da manhã, a tropa retirou o seu armamento e, em seguida, o exercício foi iniciado às 07h05min da manhã, com uma marcha em direção ao local de instrução, que se encontrava fora dos limites da Base, numa Organização Militar do Exército Brasileiro. Às 07h50min, a tropa realizou um “alto” com duração de 15min, a fim de descansar para a segunda etapa da marcha. Às 08h, próximo ao local onde a tropa realizou seu alto, foi realizada a cerimônia de hasteamento da Bandeira Nacional. Após a segunda etapa da marcha, às 09h, a tropa chegou ao local determinado; foi comandado, então, o “fora de forma” para as instruções que seriam dadas logo em seguida. Após o almoço, o exercício foi finalizado depois do “fora de forma”, após o término da marcha de retorno para a Base, às 14h. Em seguida, a tropa devolveu o seu armamento. Durante ambas as marchas, ida e retorno, e no exercício, a tropa não conduziu Bandeira.

Tendo em vista o que preconiza o RCONT, assinale a alternativa correta.

- a) Não havia necessidade de realizar a Continência ao Terreno, após a marcha de retorno e antes do “fora de forma” da tropa, pois o exercício teve a duração inferior a oito horas.
- b) Havia necessidade de realizar a Continência ao Terreno, após a marcha de ida e antes do “fora de forma” da tropa, sem necessidade de repetir tal procedimento na marcha de retorno.
- c) Havia necessidade de realizar a Continência ao Terreno, após ambas as marchas, ida e retorno, e antes do “fora de forma” da tropa, mesmo com a duração do exercício inferior a oito horas.
- d) Por ocasião do hasteamento da Bandeira Nacional, durante o “alto” da tropa na marcha, era necessário colocá-la de pé, comandar o “Sentido” e o “Apresentar Arma”, enquanto a Bandeira fosse hasteada.

33) Conforme o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1), para a realização do pagamento de despesas a terceiros, deverão ser observadas as seguintes etapas:

- () recebimento e aceitação do material ou serviço.
- () conferência dos documentos que compõem o processo pelo setor de controle interno, na forma da legislação em vigor.
- () nota de empenho da despesa acompanhada, obrigatoriamente, de nota fiscal eletrônica (NFe) ou de nota fiscal (1ª e 2ª via ou 2 vias) ou documento fiscal equivalente, onde conste, pelo menos, os dados mínimos de especificação do bem ou serviço, o valor e o destinatário, consoante disposto no empenho ou no procedimento licitatório.
- () liquidação da despesa com indicação de documento de entrega (nota fiscal ou documento fiscal equivalente).

A sequência correta em que ocorre o pagamento de despesas a terceiros é:

- a) 1 – 4 – 3 – 2.
- b) 2 – 4 – 1 – 3.
- c) 2 – 3 – 4 – 1.
- d) 3 – 2 – 1 – 4.

34) Baseando-se na RCA 12-1, analise a situação abaixo.

Um gestor irá se afastar de seu cargo durante um período de 30 (trinta) dias, por motivo de férias concedidas pelo Comandante de sua Organização Militar. O militar que ocupará seu cargo durante o período determinado realizará qual dos seguintes tipos de substituição?

- a) Interina.
- b) Especial.
- c) Eventual.
- d) Definitiva.

35) Com relação aos Conselhos de Justificação e Disciplina, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Comandante de cada Força Armada julgar, em instância única, os processos oriundos dos Conselhos de Disciplina convocados no âmbito de sua respectiva Força.
- b) O Guarda-Marinha e o Aspirante a Oficial, presumivelmente incapazes de permanecerem como militares da ativa, serão, na forma da legislação específica, submetidos a Conselho de Justificação.
- c) A praça, que esteja na reserva remunerada ou reformada, presumivelmente incapaz de permanecer na situação de inatividade em que se encontra, poderá ser submetida a Conselho de Disciplina.
- d) Compete ao Superior Tribunal Militar, em tempo de paz, ou a Tribunal Especial, em tempo de guerra, julgar, em última instância, os processos oriundos dos Conselhos de Justificação, nos casos previstos em lei específica.

36) Com relação à Exclusão do Serviço Ativo, analise as situações apresentadas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) O 3º Sargento Silva, estando de serviço de Comandante da Guarda, foi atingido, na coluna, por um disparo acidental da arma de um componente da equipe de serviço. Em consequência, ele foi julgado inválido, ou seja, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho. Portanto, o referido militar será reformado com a remuneração integral calculada com base no soldo de 2º Tenente.
- b) O Capitão Engenheiro Júnior realizou um curso de especialização no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) com a duração de nove meses. Portanto, o referido oficial somente poderá solicitar a demissão, a pedido, sem indenização aos cofres públicos, após decorridos cinco anos da realização do curso.
- c) O Coronel Aviador Santos concluiu com aproveitamento o curso exigido para a promoção ao primeiro posto do generalato; entretanto, se ele não for promovido, será transferido para a reserva remunerada, *ex-officio*, no dia em que ultrapassar cinco anos no atual posto.
- d) O 1º Sargento Eduardo, militar com quinze anos de efetivo serviço, pode se candidatar a cargo eletivo; porém, ao se candidatar, será excluído do serviço ativo, mediante licenciamento, *ex-officio*.

37) Em observância ao que preconiza o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica, no que diz respeito à aplicação das penas disciplinares, assinale a alternativa correta.

- a) No caso de embriaguez, ainda que o transgressor esteja apresentando risco à própria segurança ou comprometendo a disciplina e a manutenção da ordem, não poderá ser detido ou preso sem que seja ouvido e sem que os fatos sejam devidamente apurados.
- b) Após a devida apuração dos fatos, a autoridade competente para aplicar a punição disciplinar decidiu punir o transgressor com uma repreensão em público, por escrito. Portanto, essa punição não será publicada em boletim, mas constará, como referência, na ficha individual do militar transgressor.
- c) Quando forem necessários maiores esclarecimentos sobre a transgressão, poderá ser instaurada uma sindicância e, neste caso, durante o período de investigações, a pedido do sindicante, o Comandante da Organização Militar poderá determinar a detenção do transgressor por um período máximo de 15 (quinze) dias.
- d) Um 1º Sargento teve a sua transgressão disciplinar classificada como média, pelo Oficial apurador. O Oficial com competência estabelecida para aplicar punição disciplinar desempenha a função de Capitão e decidiu punir o transgressor com a pena máxima de detenção. Portanto, ele poderá aplicar ao transgressor, no máximo, 6 (seis) dias de detenção.

38) No cumprimento do que preconiza a Portaria nº 782/GC3, de 10 de novembro de 2010, que aprova a regulamentação da sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação da punição disciplinar, deverá ser possibilitado o exercício do contraditório e da ampla defesa, assegurando-se ao transgressor, **exceto**:

- a) produzir provas.
- b) obter cópias de documentos necessários à defesa.
- c) ser ouvido pela autoridade que aplica a punição disciplinar.
- d) ter oportunidade, no momento adequado, de se contrapor às acusações que lhe são imputadas.

39) Leia as alternativas abaixo e, à luz do Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica, marque a correta.

- a) Uma Organização Militar comandada por Brigadeiro do Ar receberá a visita de um General de Divisão e um Contra-Almirante, por ocasião de uma solenidade militar. Em observância ao estabelecido, pode-se afirmar que será içada a insígnia de Major-Brigadeiro do Ar à direita da verga do mastro.
- b) A fotografia do Comandante da Organização Militar, para a composição da galeria de retratos, deverá medir 40cm x 50cm, com moldura de 6cm de largura, e o Comandante da OM deverá trajar o 5º uniforme RUMAER, com barreta de condecorações.
- c) Os emblemas na Aeronáutica são propostos pelas Organizações Militares e Unidades e representam um motivo ou fato que lembra a missão ou certas características de determinada instituição dentro das convenções da Heráldica.
- d) A inauguração de retratos de ex-Comandantes, ex-Chefes ou ex-Diretores é realizada na presença dos oficiais e graduados da Organização Militar, três dias antes de o homenageado deixar o cargo.

40) A movimentação de pessoal militar da Aeronáutica, para missão no exterior, de caráter eventual ou transitória, é realizada por intermédio de

- a) Decreto Presidencial.
- b) Portaria do Comandante da Aeronáutica.
- c) ato do Diretor de Administração do Pessoal.
- d) ato do Comandante do Comando Aéreo Regional.

41) Conforme a ICA 87-4/2011, “Guarda, manutenção, proteção contra invasão e depredação dos imóveis sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica”, associe as duas colunas relacionando o conceito com a definição.

CONCEITO

- (1) Posse
- (2) Esbulho
- (3) Domínio
- (4) Turbação
- (5) Posse de má-fé
- (6) Posse de boa-fé

DEFINIÇÃO

- () é o uso e gozo do imóvel, em razão de sua ocupação.
- () é o ato em que o possuidor conhece a ilegitimidade, entretanto, se conserva.
- () é o ato em que o possuidor lhe ignora o vício, ou não tem conhecimento da sua ilegitimidade.
- () é o ato por meio do qual alguém é privado do seu direito e posse de quaisquer bens ou violentamente afastado de seu exercício.
- () é o direito, dentre outros, que faculta ao dono, senhorio ou proprietário de imóvel o ato de protegê-lo contra qualquer ação de terceiros.
- () é o fato impeditivo do livre uso da posse, ou que venha dificultar ou obstruir o seu exercício, bem como todo o ato que, em relação ao imóvel, é executado contra a vontade do possuidor.

A sequência correta dessa associação é

- a) 1 – 5 – 6 – 2 – 3 – 4
- b) 3 – 5 – 6 – 4 – 1 – 2
- c) 3 – 6 – 5 – 2 – 1 – 4
- d) 1 – 6 – 5 – 4 – 3 – 2

42) O Setor de Compras da Subdivisão de Transporte de Superfície do Grupamento de Apoio de uma Guarnição necessita adquirir peças para serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva das viaturas sob sua responsabilidade.

Considerando o previsto na Lei nº 8.666/93 sobre compras, qual alternativa a seguir apresenta a afirmativa correta?

- a) O registro de preços será precedido de, pelo menos, um orçamento como pesquisa de mercado.
- b) A existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.
- c) Nas compras deverão ser observadas as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.
- d) As compras, sempre que possível, deverão ser realizadas em parcelas únicas para aproveitar as peculiaridades do mercado.

- 43) De acordo com a NSCA 87-1/2011, a incorporação de imóveis ao acervo imobiliário do Comando da Aeronáutica (COMAER) pode ser processada por meio de permuta. Acerca dessa forma de incorporação de imóveis, é correto afirmar que
- a) deve ser concretizada por imóveis edificadas.
 - b) exige a alienação pelo COMAER de outro imóvel necessariamente de valor desigual.
 - c) se a diferença entre os preços for em favor do COMAER, deve ser efetuado o recolhimento ao Fundo Aeronáutico.
 - d) se a diferença entre os preços for em favor do outro permutante, os recursos necessários devem ser empenhados posteriormente.
- 44) Conforme o estipulado na Lei nº 8.666/93, no tocante às sanções administrativas e da tutela judicial, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo. A seguir, marque a opção com a sequência correta.
- () O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
 - () A pena imposta aos servidores públicos, descritos na referida lei, será multiplicada por três quando os autores dos crimes previstos forem ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança.
 - () Os crimes definidos na referida lei são de ação penal pública incondicionada e qualquer pessoa poderá provocar, por escrito, a iniciativa do Ministério Público, órgão público ao qual cabe promover tal ação.
 - () Estão sujeitos às penalidades legalmente ou sanções administrativas estabelecidas, de maneira geral, tanto o adjudicatário que se recusa de forma injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, quanto os agentes da administração pública que praticarem atos em desacordo com a lei.
- a) V – F – V – V
 - b) F – V – F – V
 - c) V – V – F – F
 - d) F – F – V – F
- 45) As afirmativas abaixo citam os prazos de vigência e as autoridades competentes para elaborar e firmar contratos de cessão por arrendamento de imóveis, segundo a NSCA 87-1/2011.
- I. Até 2 (dois) anos, o Comandante, Chefe ou Diretor da OM responsável pelo imóvel.
 - II. Até 5 (cinco) anos, o Comandante do COMAR responsável pela área em que a OM estiver localizada.
 - III. Até 10 (dez) anos, os Comandantes-Gerais e Diretores-Gerais.
 - IV. Acima de 10 (dez) anos, os Comandantes-Gerais e Diretores-Gerais, com a autorização do Comandante da Aeronáutica.
- Estão corretas as afirmativas
- a) III e IV apenas.
 - b) I, II e III apenas.
 - c) I, II e IV apenas.
 - d) II, III e IV apenas.
- 46) Sabendo que a Lei nº 8.666/93 prevê que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, é fundamental para o Oficial designado como Fiscal do Contrato saber que:
- I. se não for de interesse da Administração, não estiver previsto em ato convocatório ou, em se tratando de serviços continuados, as condições não forem vantajosas para a Administração, o contrato não poderá ter sua vigência prorrogada.
 - II. o contratado, na execução do contrato, mesmo que sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento de item.
 - III. estando previsto em instrumento convocatório e a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida prestação de garantia na contratação de serviços e compras.
 - IV. em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente superior, o contrato poderá ser celebrado com prazo de vigência indeterminado.
- As informações que o Fiscal do Contrato deve usar em sua tarefa, por serem válidas pela Lei nº 8.666/93 são **somente**:
- a) II, III e IV.
 - b) I, II e III.
 - c) II e IV.
 - d) I e III.

- 47)** De acordo com a legislação que trata da administração de PNR da Aeronáutica, quanto à Ação de Reintegração de Posse, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.
- () A Prefeitura de Aeronáutica enviará à OM à qual estiver imediatamente subordinada, cópias de todos os documentos necessários ao ajuizamento da Ação de Reintegração de Posse, exceto a Guia de Moradia.
 - () Todas as cópias dos documentos que forem enviadas à OM pela Prefeitura de Aeronáutica, para o ajuizamento da Ação de Reintegração de Posse, deverão estar autenticadas.
 - () A OM à qual a Prefeitura estiver imediatamente subordinada encaminhará, imediatamente, à COJAER, a solicitação da Ação de Reintegração de Posse.
 - () Ao receber a decisão da Ação de Reintegração de Posse, a OM deverá comunicar o fato à COJAER e ao GABAER.
 - () A COJAER será a responsável pelo acompanhamento, junto ao Poder Judiciário, das Ações de Reintegração de Posse.
- a) V – F – F – F – V
b) F – V – V – V – V
c) F – F – V – F – F
d) V – V – F – V – F
- 48)** Conforme a NSMA 85-7, que trata da Administração de Obras e Serviços de Engenharia, preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.
- O _____ é o instrumento através do qual a Administração leva a conhecimento público a abertura de Concorrência ou Tomada de Preços.
- O(A) _____ consolidará o julgamento das propostas através de _____ e concluirá pela classificação dos licitantes, a partir da proposta mais vantajosa.
- a) processo licitatório / Comissão de Licitação / homologação
 - b) processo licitatório / Setor de Licitações / ata
 - c) edital / Setor de Licitações / homologação
 - d) edital / Comissão de Licitação / ata
- 49)** De acordo com a ICA 12-20, as providências referentes à inscrição de ocupante de PNR na Dívida Ativa da União serão adotadas
- a) nos casos de ocupantes licenciados.
 - b) pela OM em coordenação com a COJAER.
 - c) pela COJAER em coordenação com o GABAER.
 - d) nos casos de ocupantes exonerados ou demitidos.
- 50)** O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) é um Sistema automatizado de informações através do qual se cadastrarão todos os fornecedores de materiais e serviços dos órgãos/entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais (SISG).
- Considerando o cadastramento de fornecedores no SICAF, marque a afirmativa correta.
- a) A renovação dos documentos comprobatórios de quitação com o INSS, FGTS e com a Fazenda Federal deve ser realizada também mediante Recibo de Solicitação de Serviço, e até o último dia útil de cada mês, junto à Organização Militar em que esteja prestando algum serviço.
 - b) O fornecedor habilitado parcialmente no SICAF, quando da licitação, dispensa ou inexigibilidade, obriga-se, ainda, a apresentar ao órgão licitante documentação especial inerente à cláusula editalícia específica.
 - c) O cadastramento e a sua renovação efetivam-se através de publicação de Portaria expedida pelos Cartórios de Distribuição, cuja cópia produzirá efeitos de Certificado de Registro Cadastral.
 - d) Durante o cadastramento, duas situações podem ocorrer, sendo que o fornecedor deverá verificar em qual delas se enquadra e deverá adotar os respectivos procedimentos.

INSTRUÇÕES:

- A Prova de Redação valerá grau 10,0000 (dez) e consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, em prosa.
- A Folha de Redação disponibilizada será o único documento válido para avaliação da Prova de Redação, **não sendo substituída**. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da redação, devendo o candidato limitar-se ao impresso recebido, que possui 30 (trinta) linhas. A folha de rascunho nesse Caderno de Questões é de preenchimento facultativo.
- Recomenda-se que a redação seja escrita em letra cursiva legível. Caso seja utilizada a letra de forma (caixa alta), as letras maiúsculas deverão receber o devido realce.
- Será atribuído o grau 0 (zero) à redação:
 - a) fora da tipologia textual ou tema proposto;
 - b) que não estiver em prosa;
 - c) com número inferior a 100 (cem) palavras (consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa);
 - d) com número inferior a 15 (quinze) linhas;
 - e) com marcas que permitam a identificação do autor;
 - f) escrita de forma ilegível ou cuja caligrafia impeça a compreensão do sentido global do texto;
 - g) escrita em outro idioma, que não seja o português;
 - h) escrita a lápis (total ou parcialmente) ou com caneta que não seja de tinta azul ou preta; e
 - i) cujos descontos (por erros) somem valores superiores ao grau 10,0000 (dez).

TEXTOS MOTIVADORES:**Texto I****Seção II – Da cultura**

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

(Constituição Federal de 1988, Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Texto II

Mariana – Fumaça participa do “projetando um novo horizonte” com demonstração aérea

A Esquadilha da Fumaça irá se apresentar no domingo do dia 6 de novembro, em Mariana (MG), no Parque de Exposições Mina Del Rey, às 17h30. Com o nome “Projetando um novo horizonte”, a proposta visa levar momentos de emoção e muita alegria aos moradores da região que, há um ano, passaram pela grande tragédia ambiental, devido ao rompimento de barragens de rejeitos de mineração no distrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana.

A ideia do projeto partiu de dois pilotos de linha aérea: Leonardo Binder e José Carlos de Souza Junior. Eles ficaram sensibilizados com a situação de Mariana quando a visitaram um ano atrás para poder ajudar a população local, doando roupas e alimentos. Dessa forma, pensaram em um evento que pudesse levar mais alegria à cidade. “O objetivo de aproximar a aviação ao município é poder levar uma atração especial e inédita ao local. Muitos ainda nunca viram um avião de perto. E com essa oportunidade, irão assistir pela primeira vez as manobras da Fumaça que tanto levam felicidade e contentamento para todos que a assistem. A partir dessa data, tenho a certeza de que a visão de cada um pode ser ampliada com mais esperanças, na perspectiva de um futuro melhor para a vida dessas crianças e, consequentemente, para todos que os cercam”, disse o piloto Leonardo Binder.

A prefeitura de Mariana também está na realização do projeto. Com muita satisfação, o prefeito Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, ressaltou: “estou muito agradecido pela presença da Esquadilha da Fumaça no evento, pois é uma atração diferente e muito especial para nossa região. Estamos com boas expectativas para receber esse grande show da Fumaça que vai nos presentear com suas manobras em nossa cidade”.

(Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/eda/index.php/2014-12-11-17-51-57/963-esquadilha-da-fumaca-participa-do-projetando-um-novo-horizonte-com-demonstracao-aerea-em-mariana>. Acesso em: 01 fev. 2017.)

Texto III

Passado, presente e futuro do patrimônio cultural brasileiro

Em 13 de janeiro de 2017, celebramos, em todos os cantos do País, os 80 anos do Iphan, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mais do que as oito décadas de uma instituição que, mesmo entre tantos desafios, soube se fazer respeitável e sólida, festejamos, sobretudo, as políticas para o patrimônio cultural, que vem contando a história dessa nação, por meio de suas expressões artísticas, suas edificações, seus costumes, suas canções e uma incontável gama de bens culturais.

O Iphan nasceu da ideia vanguardista de intelectuais comprometidos com o futuro do Brasil. E esse futuro é o que contamos hoje. Só no Ceará são quatro conjuntos urbanos protegidos, nas cidades de Viçosa do Ceará, Aracati, Icó e Sobral. Existem ainda bens tombados individualmente nos municípios de Acaraú, Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Quixadá e Quixeramobim, além do patrimônio arqueológico que conta com mais de 500 sítios cadastrados. Do patrimônio imaterial são registrados no Estado o Teatro de Bonecos do Nordeste e a Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha.

Entre os grandes desafios desse presente, destaco a diversidade do patrimônio cultural brasileiro e sua abrangência em âmbito nacional, além da pequena força de trabalho com que atua a Instituição desde seus primórdios. Estamos presentes, hoje, em todos os Estados e o Distrito Federal, por meio de Superintendências Estaduais, Escritórios Técnicos, Parques Nacionais, Unidades Especiais e a sede nacional, localizada em Brasília. Isso tudo com menos de 700 servidores no quadro permanente do Instituto.

De olho no futuro que se inicia neste 2017, um novo e grandioso desafio desponta: apresentar o patrimônio cultural como agente do desenvolvimento social do Brasil, no estímulo à economia e à geração de emprego e renda aliado à valorização das identidades e da cultura nacional. Assim, para os próximos 80 anos que se aproximam, nosso foco é enaltecer passado, presente e futuro por meio do fortalecimento de uma verdadeira política cultural, que entenda o patrimônio, sobretudo, como um direito de todos os brasileiros.

(BOGÉA. Kátia [presidente nacional do IPHAN]. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2017/01/12/noticiasjornalopiniao,3679336/passado-presente-e-futuro-do-patrimonio-cultural-brasileiro.shtml>. Acesso em: 01 fev. 2017.)

TEMA DA REDAÇÃO

Considerando os três textos motivadores, redija um texto dissertativo-argumentativo, assumindo uma posição acerca dos

“Deveres cívicos e militares na defesa e incentivo aos mais diversos patrimônios e manifestações (materiais e imateriais) da cultura brasileira nas esferas civil e militar”.

REDAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este Caderno de Questões contém 01 (uma) prova de GRAMÁTICA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO, composta de 30 (trinta) questões objetivas, numeradas de 01 (um) a 30 (trinta); 01 (uma) prova de CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS, composta de 20 (vinte) questões objetivas, numeradas de 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta), sendo 10 (dez) questões de REGULAMENTOS e 10 (dez) de ESPECIALIDADE; e uma página de rascunho para redação.
2. Ao receber a ordem do Chefe/Fiscal de Setor, é responsabilidade do candidato conferir:
 - ✓ se a numeração das questões e a paginação estão corretas;
 - ✓ se todas as questões estão perfeitamente legíveis. Sendo detectada alguma anormalidade de impressão, solicite **imediatamente** ao Chefe/Fiscal de Setor a substituição deste Caderno;
 - ✓ se a “**especialidade/versão**” constantes deste Caderno de Questões correspondem aos campos “**especialidade**” e “**versão**” registrados no seu Cartão de Respostas.
 - ✓ se o número do Cartão de Respostas corresponde ao número constante do verso da Folha de Redação.
3. O Caderno de Questões pode ser utilizado livremente como rascunho (para cálculos, desenhos etc.).
4. O candidato **não** poderá se identificar ou assinar a Folha de Redação.
5. Iniciada a prova, é vedado formular perguntas.
6. Não será permitido ao candidato, sob pena de **exclusão**, realizar a prova portando (junto ao corpo ou sobre a mesa) óculos escuros, telefone celular, relógio de qualquer tipo, gorro, “bibico”, lenço ou faixa de cabeça, chapéu, boné ou similares, luvas, cachecol, bolsa, mochila, pochete, livros, manuais, impressos, lápis, lapiseira, borracha, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações (inclusive o Cartão de Inscrição), calculadora, protetores auriculares, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registros eletrônicos, e/ou qualquer dispositivo que receba, transmita e armazene informações.
7. No **Cartão de Respostas**, preencha apenas **uma alternativa (a, b, c ou d) de cada questão, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta**, conforme instrução contida no próprio Cartão de Respostas.
8. O candidato não poderá rasurar, amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão de Respostas ou a sua Folha de redação, sob pena de ser prejudicado pela impossibilidade de se processar a leitura óptica.
9. Qualquer outra forma de marcação que estiver em desacordo com esse item ou com as instruções contidas no Cartão de Respostas, tais como marcação dupla, rasura, emenda, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas aos círculos, indícios de marcações apagadas ou uso de lápis, será considerada incorreta e, portanto resultará em pontuação **0,0000 (zero)** para o candidato na questão correspondente.
10. **A prova terá a duração de 4 (quatro) horas e 20 (vinte) minutos.**
11. Recomenda-se ao candidato iniciar a marcação do Cartão de Respostas nos últimos 20 (vinte) minutos do tempo total de prova.
12. Por razões de segurança e de sigilo, uma vez iniciadas as Provas Escritas, o candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no Setor de Provas por, no mínimo, **2 (duas) horas**. O Caderno de Questões **só poderá ser levado pelo candidato** que permanecer no Setor de Provas por, no mínimo, **4 (quatro) horas**.
13. Em nenhuma hipótese, o candidato poderá se ausentar do Setor de Provas levando consigo seu Cartão de Respostas ou qualquer folha de respostas que lhe tenha sido entregue.
14. É **obrigatório** que o candidato assine a Relação de Chamada e o Cartão de Respostas, e entregue o Cartão de Respostas.
15. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente Caderno de Questões, no Cartão de Respostas e nas Instruções Específicas (IE) poderá implicar a **não** correção de sua prova e a sua **exclusão** do Exame de Admissão.

